

**Izabel Sadalla Grispino \***

Trabalhar bem a linguagem é requisito primordial para um bom desempenho em língua portuguesa e em todas as disciplinas do currículo. As avaliações do Sistema Nacional da Educação Básica (Saeb), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e tantas outras têm, sistematicamente, demonstrado o baixo rendimento escolar em português e em matemática.

Português é disciplina tronco, bifurca em todas as áreas do ensino. É indispensável para todas as demais disciplinas e o aluno do ensino médio, da escola pública, não raro, termina o curso com sérias dificuldades em concordância, em pontuação, coesão, falta de ligação entre as partes, tempos verbais. Dificuldade em colocar as idéias no papel, em usar um vocabulário apropriado ao texto, em entender o que lê. Esse aluno mostra incapacidade de concatenar idéias e de se expressar.

O nível de um grande número de alunos que chega à universidade particular é muito baixo, constatam as pesquisas. Diferentemente da universidade pública, a particular convive com vagas ociosas. A oferta é quase sempre maior que a procura e, assim, alunos bem mal preparados, que lêem e escrevem sofrivelmente, conseguem entrar.

Diante de tão baixo nível de ensino, algumas faculdades particulares oferecem aos alunos oficinas para melhorar a capacidade de ler e escrever. A má formação atinge, especialmente, os alunos da escola pública e é tão precária que constitui uma barreira à continuidade dos estudos. Os alunos não conseguem entender e interpretar os textos que precisam estudar, textos, aliás, que lêem muito mal.

As faculdades mantêm aulas obrigatórias de comunicação e expressão para melhorar as habilidades de leitura, interpretação e redação. Em algumas instituições, as aulas de reforço não se limitam ao português, embora as oficinas de texto sejam as mais procuradas. Todos colocam o eixo temático em português, com ênfase na leitura e entendimento de texto.

Essa mão estendida das faculdades é de ajuda mútua: para os alunos, que teriam grande dificuldade em continuar os estudos, e para as próprias instituições, que ficariam sem condições de elaborar com proveito o conhecimento e arriscadas a perder alunos, aumentando ainda mais suas vagas ociosas.

As faculdades oferecem um espaço gratuito, fora do horário de aulas, criado, unicamente, para possibilitar universitários a melhorar a capacidade de leitura e escrita e a não desanimar de estudar.

Não adianta universalizar o ensino se não se ensinar a criança a aprender. Essa iniciativa das universidades, de criar oficinas para as matérias do ensino básico, é louvável, mas uma ação paliativa, insuficiente à aquisição de um bom conhecimento, revelando uma política nacional falha no setor educacional. Política que não consegue articular diretrizes curriculares, resultados de avaliações, investimento e valorização de professores. Esses alunos são resultado de uma escola que não valoriza a leitura e constitui um problema que vem de longe. Educadores constataam que nos últimos 40 anos o desinteresse pela leitura tem crescido. Os jovens apegam-se à TV, ao computador e deixam a leitura de lado.

As dificuldades com a língua portuguesa, a falta de domínio revelada nos testes aplicados, nas diferentes avaliações oficiais, são fruto da ausência de leitura. Quem lê desenvolve o raciocínio, amplia o vocabulário, o conhecimento, a visão de mundo, apropria-se de um modelo adequado para a escrita. A professora Neide L. de Rezende, da Universidade de São Paulo (USP), constatou que até os anos 60 a língua que se falava na escola era muito próxima da linguagem escrita. “Aprendia-se a gramática de uma língua que você conhecia e os jovens liam muito mais. Hoje, o aluno estuda a gramática de uma língua que ele praticamente desconhece”. Isso é reflexo da perda de qualidade do ensino, de suas condições adversas. O que ocorre é que muitos alunos terminam o ensino médio na condição de analfabetos funcionais e mesmo assim ingressam em uma universidade!

O atraso na educação é incompatível com a possibilidade de desenvolvimento econômico do País. Com esse atraso, o País terá dificuldades em sua força de trabalho, que será aumentada nos próximos anos. Faz-se necessário despertar a consciência nacional para o patrimônio político, econômico, social, que representa a língua portuguesa. Ela simboliza a identidade cultural do País. Fixa sua importância interna e externa.

No âmbito internacional, surge a idéia de o Brasil, com o apoio financeiro das Nações Unidas (ONU) e de empresas nacionais, ensinar português ao Timor Leste, a fim de resgatar a identidade dessa ilha asiática, conquistada pelos portugueses em 1701, ficando sob seu domínio até 1975. O Timor foi, na década de 70, invadido pela Indonésia, que o ocupou. Hoje, depois da independência, a maioria da população fala o dialeto tetum, apesar de o português ser, também, a língua oficial falada por apenas 20% da população. A ocupação da Indonésia durou até 1999 e fez surgir na ilha o indonésio e o dialeto chamado tetum

“A preservação da identidade do Timor passa pelo português e só Brasil e Portugal podem fazer isso”, disse o então representante do Itamaraty, Jadiel Ferreira de Oliveira. A intenção é levar estudantes da Universidade de São Paulo (USP) para ensinar português no Timor Leste, estudantes dos últimos anos de cursos de Letras, Licenciatura ou Pedagogia.

Cito esse episódio para conscientizar os brasileiros da importância de se cuidar com esmero de sua língua, de preservá-la, dignificá-la. Sentir o quanto ela é representativa da identidade de uma nação, o quanto a define, a identifica, a caracteriza no âmbito nacional e internacional e o quanto ela é fator de promoção pessoal e profissional.

**\* Supervisora de ensino aposentada.██ ███ █**  
**(Publicado em janeiro/2004)**